

A NATUREZA SOCIAL DAS FINANÇAS

JARDIM, M. A. C. (Org). **A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites**. Bauru: EDUSC, 2011.

Maria Aparecida Chaves JARDIM¹

O livro *A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites*, foi organizado por mim e tem o belo prefácio da professora Nadya Araujo Guimarães (USP).

Os artigos que compõem o livro foram inicialmente apresentados em forma de comunicação oral em seminário que organizei, juntamente com o professor Hinnerk Bruhs, em 09 de outubro de 2008, na Fondation Maison des Sciences de l'Homme (FMSH/Paris), intitulado *Les syndicats et les fonds de pension dans la mondialisation: solidarité ou risque?* [Os sindicatos e os fundos de pensão na mundialização: solidariedade ou risco?], atividade que fez parte do meu cronograma de trabalho durante o pós-doutorado.

Cada um com seu enfoque, os autores presentes no livro apresentam questões referentes aos fundos de pensão, a reconversão dos sindicalistas ao mercado financeiro e remodelação das elites nacionais na mundialização/globalização, inspirando-nos questões diversas. Pontuo a seguir, algumas das questões que aparecem de forma direta ou indireta, as quais servem como uma das possibilidades (dentre outras), de interpretação dos autores (dos temas) presentes no livro.

Fundos de pensão, governança corporativa e a dominação simbólica norte-americana.

Diferente do modelo de acumulação anterior, o modelo fordista, que pressupunha a grande fábrica e o Estado de Bem-Estar-Social, o modelo que se apresenta na contemporaneidade e que chamamos de forma provisória como “época das finanças” pressupõe o individualismo patrimonial, a preocupação crescente dos dirigentes com a rentabilidade em curto prazo, (BOURDIEU; HEIBRON; REYNAUD, 2003), a desconexão entre produção e finanças, a aposentadoria via capitalização e o respeito ao pequeno acionista.

¹ Pesquisadora no programa Jovem Pesquisador em Centro Emergente, Fapesp. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - majardim@yahoo.com.br.

Se no modelo *managerial* os dirigentes detinham o poder total e os acionistas eram marginalizados, no **novo capitalismo** (PLIHON, 2003) existe uma valorização/proteção dos direitos dos acionistas minoritários, fundado sobre a idéia de governança corporativa, transparência, democracia, e no poder dos investidores institucionais, como os fundos de pensão, *mutual funds*, companhias de seguros de vida e fundos éticos.

No regime de acumulação atual o mercado financeiro tem um novo papel, o qual propõe uma transformação radical das relações de poderes ou relações de força entre *managers* e proprietários do capital, atualmente, os fundos de pensão, que se tornaram os operadores em maior desenvolvimento no mercado financeiro. Grosso modo, tal contexto é denominado pela literatura norte-americana de globalização e pela literatura francesa de mundialização.

Sobre a contemporaneidade da globalização/mundialização, os textos, apresentados no livro, de Jean-Marc Siroen (2011) e Anne-Catherine Wagner (2011) pontuam de forma clara essa discussão.

Nesse sentido, Jean-Marc Siroen (2011) afirma que o clichê de que a mundialização financeira não é um fenômeno novo, mas não chega a ser falso. Para o autor, as transferências de capitais acontecidas no século 19 possuíam a mesma amplitude em relação à riqueza mundial, sendo que esse fenômeno já possuía características presentes na globalização financeira do final do século 20 tais como, investimentos diretos, circulação de títulos da dívida pública e, em contrapartida, desequilíbrios das balanças operantes, que são um **marco** da globalização financeira.

Na mesma perspectiva, Anne-Catherine Wagner (2011) chama a atenção para o fato que é necessário se precaver contra a ilusão de uma novidade radical do movimento de mundialização da economia. A autora afirma que as redes internacionais de negociantes forjaram os primeiros vínculos comerciais entre cidades da Europa do século 14 ao século 19. As primeiras associações multinacionais foram construídas pelas famílias com ramificações internacionais. Assim, a alta finança é desde sempre cosmopolita.

No contexto de globalização financeira acelerada, os dirigentes financeiros dão ênfase ao crescimento dos números de negócios, em detrimento à rentabilidade dos investimentos. Ocorre a implantação da cultura do **valor acionista** em todos os níveis de organização. O valor agregado dos produtos passa a ser influenciado pelo mercado financeiro, tal como as decisões das empresas. Ocorre uma mudança na esfera produtiva, que passa a se submeter ao

discurso das finanças. Assim, as empresas passam a se submeter a pressão de melhorar suas performances financeiras e se alinhar às regras em vigor do mercado, levando à financeirização da produção (DIAS; ZILBOVICIUS, 2009). Essa questão submete os dirigentes das empresas a um controle mais rigoroso de sua gestão, obrigando-os a mais transparência em suas escolhas e nas suas decisões.

Nessa perspectiva, estamos diante de um novo tipo simbólico de dominação social, a dominação financeira, a qual repousa na desconexão entre economia real e economia financeira. Os mercados financeiros crescem em um ritmo mais importante do que o PIB. Essa desconexão mostra o poder da finança e a submissão da produção às finanças. Além disso, mostra que o mercado não é uma forma neutra; que a liquidez expressa a autonomia e a dominação das finanças; que a liquidez exerce sedução na sociedade; que as finanças tem um poder autônomo; que as finanças são, desde suas origens, uma transgressão social, devido à sua característica virtual, que a faz desconectada da atividade produtiva (ORLÉAN, 1999).

A **sedução** das finanças da qual fala Orléan (1999) produz uma dominação na sociedade, a qual, segundo (GRÜN, 2004) passa pelo dispositivo cultural. No Brasil, especialmente, inspiradas em programas de educação financeira, as finanças buscam criar racionalidade totalmente econômica e individualizante junto à sociedade. Os programas de educação financeira buscam a mudança de *habitus* na relação sociedade versus finanças, ou, mudança de convenções cognitivas (JARDIM, 2009).

De forma diferente, mas convergente, o texto de Frédéric Lebaron (2011) explora o argumento sobre a dominação simbólica a partir das finanças. O autor defende que os Estados Unidos impõem uma dominação simbólica ao resto do mundo, a qual é fundada na hegemonia de Wall Street após a Segunda Guerra Mundial e se consolida a partir dos anos de 1970-80. É possível afirmar que a dominação simbólica da qual fala Lebaron é encarnada, sobretudo, nos fundos de pensão.

Em parte da dominação simbólica colocada pelos fundos de pensão, é possível observar que as firmas multinacionais - em alguns casos controladas parcialmente pelos fundos de pensão- tornam-se cada vez mais um ator dominante no espaço das trocas mundiais, o que mostra que a financeirização trouxe uma considerável mudança nas relações de força social, em proveito do capital financeiro, de seus atores, de seus porta-vozes e de suas instituições.

Nessa perspectiva, o texto de Roberto Grün (2011) fala de **convergência de elites**; o de Anne-Catherine Wagner (2011) tem como argumento central a **internacionalização das elites** e finalmente, Maria A. Chaves Jardim (2011) aborda a inserção dos sindicalistas no mercado financeiro, em diálogo constante com o governo Lula (remodelação das elites). Em seu conjunto, os três textos mostram a recomposição das elites, as relações de forças existentes no campo das finanças (ou similar) e as estratégias de luta aplicadas pelos atores na busca de legitimidade e justificativas de suas ações.

Portanto, as transformações propiciadas pelas finanças não traduzem apenas uma redistribuição de recursos financeiros e de rendas entre os diversos atores econômicos, mas possibilita ainda (e, sobretudo,) uma modificação profunda nas relações e nas regras sociais que regem essas relações, apontando uma evidente natureza social das finanças. Nessa perspectiva, o capitalismo acionário transformou, em certa medida, o poder no seio da empresa, modificando as relações de trabalho, rompendo o contrato implícito entre trabalhador e empresa e mexendo nas representações da empresa, que passa a ser controlada (pelo menos parcialmente) pelos fundos de pensão.

Nesse sentido, atuando no coração do **novo capitalismo** de acumulação financeira, os fundos de pensão, são considerados peças-chaves da globalização financeira. O texto de Sabine Montagne (2011) é fundamental para compreender os arranjos jurídicos existentes na indústria dos fundos de pensão. A autora aborda o dispositivo do *trust*, o qual possibilita a criação e manutenção da **indústria dos fundos de pensão**, ainda que coloque relações assimétricas entre o proprietário do *trust* e seu gestor, cuja situação torna-se mais desigual, argumenta a autora, nos fundos de pensão do tipo **contribuição definida**.

Nesse momento do livro é importante fazer uma ressalva. O debate sobre o modelo ideal de previdência (capitalização ou repartição) é uma questão clássica (e cara) na literatura sobre aposentadoria. Essa questão tem sido explorada de forma esclarecedora por Bruno Théret (2011) em suas pesquisas sobre o tema. No texto apresentado no livro, o autor mostra que o debate girou principalmente em torno de três argumentos, os quais eram encarregados de mostrar a superioridade da capitalização sobre a repartição, a saber: um argumento relativo à demografia, um relativo à taxa de rendimento comparado aos dois sistemas e um relativo à poupança e ao crescimento.

Temos que os primeiros fundos de pensão foram criados na modalidade de benefício definido, mas com a lei *Employee Retirement Income Security Act* (ERISA) de 1974

autorizou-se a criação de fundos de pensão na modalidade de contribuição definida. Montagne (2006) afirma que, em 1981, estes passaram por outra significativa mudança, quando foi criado o regime 401K, que busca estimular a transferência do modelo Benefício Definido para Contribuição Definida.

O texto de Bruno Théret (2011) presente no livro, aborda de forma crítica essa polêmica, mostrando opositores e defensores de cada modelo na França, bem como as contradições discursivas existentes. Argumenta, finalmente, que a idéia de modelos híbridos, os quais considerem necessariamente as especificidades de cada país, seria uma alternativa viável nesse debate. Contudo, revela que o debate capitalização/repartição aparece sufocado pelas preferências ideológicas.

Fundos de pensão, governança corporativa e dominação simbólica

Produzindo e/ou reproduzindo valores como governança corporativa e acionismo salarial, os fundos de pensão aparecem como atores definidores do capitalismo contemporâneo. Batizados de **capitalismo acionista** (AGLIETTA, 1998) ou **capitalismo patrimonial**, podem ser vistos como personagens centrais do capitalismo (PLIHON, 2003).

Aglietta² (1998) defende que os fundos de pensão vieram para ficar. O envelhecimento irreversível e progressivo das sociedades desenvolvidas leva à necessidade de poupança. Os regimes públicos por repartição são necessários para evitar riscos de supercapitalização financeira.

Segundo Aglietta (1998), mesmo em presença do modelo de repartição, a poupança financeira de origem salarial será destinada a suprir lacunas nas sociedades desenvolvidas. Assim, no **capitalismo patrimonial**, a propriedade do capital muda de natureza: ela se torna salarial porque os acionistas são em grande parte, trabalhadores. A sociedade dos proprietários acionistas, e democrática, é definida por Lordon (2000) como utópica. Ainda, Heibron (2003, p.96) acredita que “a relação de força entre dirigentes e acionistas se modificou em favor destes últimos”, e Plihon (2003), afirma que a democracia acionária é uma ilusão.

² Aglietta defendeu um argumento parecido em entrevista ao Jornal *Liberation*. Naquela ocasião, o jornal organizou uma matéria de caráter crítico aos fundos de pensão na França. “Por causa do envelhecimento da população, as finanças tem um poder enorme. É preciso colocá-la a serviço das empresas e dos assalariados.” (AGLIETTA, 2005).

Portanto, graças à lógica de governança corporativa de respeito ao pequeno acionista, os fundos de pensão se tornaram proprietários-acionistas de diversas empresas, o que se traduz na compra de suas ações. Há casos em que os fundos são o sócio majoritário de determinadas empresas, obrigando-as a falar e decifrar a língua das finanças. Pela lógica da governança corporativa, os fundos de pensão exercem poder disciplinador e de vigilância sobre as empresas, uma vez que são seus principais credores.

Discursivamente, a governança modifica os dados fundamentais da repartição da renda, da divisão de classes sociais do capitalismo, bem como os papéis sociais do capitalista e do trabalhador. Pela lógica do capitalismo dos acionistas, se os fundos controlam as empresas, teoricamente, são os trabalhadores que as controlam, haja vista que se trata da poupança dos trabalhadores. Nesse sentido, a governança corporativa repensa o papel de capitalistas e de trabalhadores. Finalmente, o controle das empresas através da governança corporativa tem inspirado várias reformas nos países europeus, assim como as novas estratégias sindicais de acionismo salarial e de fundos de pensão.

O capitalismo financeiro (ou acionista) prega, no nível macro, manter a vigilância eficiente sobre os atores econômicos, feita por meio da arbitragem e da governança corporativa e, no nível micro, que os trabalhadores possam ter acesso às ações da empresa onde trabalham, tornando-se **proprietários** e passando a ser vistos como acionistas.

Sobre a difusão da governança corporativa, Frédéric Lebaron (2011) mostra em seu texto que além de exportar o direito e o sistema contábil, os Estados Unidos exercem dominação simbólica com a exportação da governança corporativa e mesmo do capitalismo dos acionistas, componentes do modelo financeiro nacional dos Estados Unidos. No Brasil, a governança corporativa tem sido vista como o conjunto de **ferramentas** que produzem a **financeirização** da economia e da sociedade. No texto apresentado nesse livro, Roberto Grün (2011) analisa a difusão da governança corporativa no Brasil, defendendo tratar-se de uma espécie de **tropicalização** e de reinterpretação do seu sentido original, de acordo com as sensibilidades e os interesses dos diversos setores das elites brasileiras - da financeira à sindical - que concorrem para a sua instalação legal e organizacional. O artigo de Maria A. Chaves Jardim (2011) sugere, no caso específico do Brasil, o uso da governança corporativa enquanto retórica argumentativa do movimento social e também de todo o setor de fundos de pensão, os quais veem na governança corporativa uma forma de negar o histórico de corrupção em que os fundos já estiveram envolvidos nos anos de 1980.

Portanto, se o ideário da governança corporativa é o controle e monitoramento das ações comerciais dentro de uma corporação, no Brasil, os fundos de pensão aparecem, na qualidade de acionistas, como importante instrumento de coordenação e de monitoramento constante das grandes empresas. Nesse sentido, os fundos de pensão estariam construindo canais formais e informais para exercer uma influência disciplinadora sobre os executivos das companhias presentes em seus *portfólios*, tornando-se, de fato, os principais impulsionadores da governança corporativa.

Sabine Montagne (2011) sustenta, em seu artigo, que a literatura sobre a governança corporativa mostra a potência dos novos atores financeiros e dos investidores institucionais, que se tornaram capazes de impor um alinhamento das estratégias empresariais sobre o modelo de criação de valor para o acionista. Isso ocorreria porque a governança corporativa dificultaria a liberdade de gestão dos dirigentes, limitando a expressão das outras partes relacionadas à empresa. A autora mostra ainda que pelo lado salarial, a queda do poder dos assalariados e, particularmente do poder sindical, é reforçada pelo poder destes acionistas financeiros.

Mesmo considerada uma ferramenta que organiza as relações de poder no capitalismo contemporâneo, a governança corporativa recebe diversas críticas. Plihon (2003), um dos críticos, afirma que os atores do mercado financeiro responsáveis por regular o capitalismo trabalham de forma limitada. As agências de classificação, as empresas de auditorias, bancos de negócios, analistas financeiros e autoridades públicas de regulação são cúmplices ativos ou passivos dos erros de gestão dos dirigentes e da falência de empresas. Critica ainda as operações de *stock-option*, um modo de remuneração dos dirigentes que lhes oferece a oportunidade de comprar, no futuro, ações de sua própria empresa.

Portanto, apesar do monopólio em torno do discurso de auto-suficiência da governança corporativa, é importante esclarecer que essa ferramenta, originária dos Estados Unidos, exportada para todo o mundo e defendida por diversas elites, sofre críticas severas, o que ficou muito evidente quando dos escândalos da Enron em dezembro de 2001 e da Parmalat em 2003.

Reconversão, recomposição e internacionalização das elites

Dentre os gestores de fundos de pensão, sublinhamos a presença **inesperada** dos sindicalistas, que se tornam grandes interessados pela criação e, sobretudo, pela gestão de fundos de pensão, visando fazer parte de processos decisórios do capitalismo. Nesse ínterim, o sindicalismo internacional tem sido confrontado com a promessa de novas expectativas, as quais pressupõem teoricamente o ganho de certo poder e controle sobre o capitalismo. (GROZELIER, 2006; REMOND, 2003; ROZÈS, 2006, entre outros), o que certamente não acontece sem tensões e rupturas no seio do sindicalismo.

Contudo, os sindicalistas se vêem confrontados com diferentes tipos de atores, tais como o governo, as empresas de fundos de pensão, empresas de consultorias e mesmo os **tradicionais dirigentes** de fundos de pensão, detentores da *expertise* necessária ao mercado financeiro. Nessa locução e interlocução, observa-se a existência de tensões e alianças, de divergências e mesmo de convergência das elites, a qual leva, em certa medida, à recomposição das elites (política, sindical, financeira, burocrática, etc) no espaço social.

É na polissemia de diversas vozes e diversos discursos, onde dialogam diversos e distintos atores sociais ao mesmo tempo, que a construção do mercado de fundos de pensão acontece em diversos países do mundo. Engajamento militar, discursos sociais e preocupações financeiras se encontram lado a lado nas mesas de reuniões. Patrão e sindicatos de todo o mundo dividem as mesmas preocupações: pagar as aposentadorias dos cotistas, aumentar a rentabilidade dos fundos, criação de carteiras de investimentos, aquisição de títulos da dívida pública do país, fundos éticos, responsabilidade social, governança corporativa, criação de emprego e renda com os recursos dos fundos, dentre outras.

A passagem das tradicionais estratégias de lutas sindicais para essas novas estratégias em direção ao mercado financeiro pode ser compreendida pelo conceito de reconversão. De acordo com Saint Martin (1993), a reconversão é um esforço para manter o *status* social em fase de ameaças de desclassificação. Para Saint Martin (1993) compreender as estratégias de reconversão é a chave para interpretar os mecanismos da mudança social, ou, ao contrário, a ausência de mudança. A mesma autora afirma que **reclassificação** significa o resultado da reconversão com sucesso. Nesse sentido, a **reclassificação** e a **desclassificação** são dois termos opostos no percurso da reconversão. Logo, as lutas de classificação (e de reclassificação) são fundamentais para definir as condições sociais.

Em estudo sobre reconversão militante, Tissot (2005) afirma que, para os militantes, reconverter-se não é somente e nem necessariamente **mudar de ideias**, é também se deslocar

no espaço social. Portanto, a reconversão refere-se especialmente a um deslocamento no espaço social, o qual leva à transformação e à valorização de recursos específicos, e à recomposição de identidades. Para tanto, a mobilização do capital militante (sindical) deve ser acompanhada de um longo e paciente trabalho de acumulação e de reconversão de capital.

Nessa perspectiva, o sindicalismo internacional, interessado na criação de fundos de pensão, faz uso do capital militante acumulado nas lutas anteriores (rede de contatos acumulados durante a militância sindical, *expertise* acumulada na discussão sobre aposentadoria, *expertise* acumulada na defesa dos trabalhadores), visando legitimar-se como defensores das poupanças dos trabalhadores (os fundos de pensão).

De forma mais clara, os sindicalistas que fazem a reconversão em direção ao mercado financeiro, apóiam-se na reconversão do capital militante, acumulado nos anos de luta sindical, em capital simbólico, os quais os legitimam e os justificam na defesa dos fundos de pensão sindical. Apesar da carência em formação técnica sobre finanças, estatutária, carteira de investimentos, os sindicalistas buscam a legitimidade por meio do capital militante.

Como mostra o texto de Maria A. Chaves Jardim (2011), as exigências técnicas com as quais são confrontados os sindicalistas no mercado financeiro são enormes, tais quais as exigências sofridas pelo sindicalismo no espaço europeu, analisado por Anne-Catherine Wagner (2011).

Assim, os sindicalistas analisados por Wagner (2011) precisam aprender a ler um jornal escrito, redigir um ofício, falar línguas estrangeiras, especialmente o Inglês. Os sindicalistas analisados por Jardim também precisam conhecer a parte financeira sobre gestão de fundos de pensão, ou seja, aprender a falar a língua das finanças. Em ambos os textos, a necessidade da aprendizagem e da *expertise* aparece como variável de inclusão, o que justifica o investimento dos sindicalistas analisados por Wagner em curso de língua estrangeira e os cursos de formação oferecidos pela CUT e o diálogo com parceiros internacionais, conforme Maria A. Chaves Jardim (2011).

É importante enfatizar que o trabalho de reconversão é ainda (e, sobretudo) um trabalho discursivo, o qual implica consideravelmente encontrar as palavras mais apropriadas para reconstruir sua identidade e de desenvolver os argumentos e as justificativas. É nesse sentido que Tissot (2005) afirma que a mobilização de *savoir faire* passa frequentemente por um trabalho discursivo, o qual evacua todo conflito, em proveito de uma visão mais **passiva** do mundo social.

Durante os processos de reconversão, os atores engajados na reconversão transformam, ao mesmo tempo em que transformam a si mesmos, o espaço social e o campo onde estão inseridos e se movimentam. Portanto, trata-se de um processo não-linear, de características relacionais, com rupturas e alianças, convergências e divergências, diálogos e contra-diálogos, enfim, um processo de transformação dos atores e ao mesmo tempo do campo e do espaço social, que muitas vezes conta com a ajuda de atores de outros campos vizinhos ou paralelos.

Para Tissot (2005) alguns contextos políticos favorecem as reclassificações profissionais, as reconversões. No caso do sindicalismo internacional, em certa medida, é o próprio contexto de **crise das estratégias de lutas tradicionais** e o contexto de mundialização que influenciam essas novas estratégias. A forma como os fundos de pensão ganham relevância no Brasil tem relação direta com a ascensão do governo Lula, conforme mostra o texto de Maria A. Chaves Jardim (2011).

Saint Martin (1993) afirma que as reconversões permitem analisar, além do espaço político, o deslocamento em direção aos campos profissionais múltiplos e que, pelo conceito de reconversão é possível apreender a recomposição das elites nacionais, de forma a compreender as transformações num determinado campo social, as relações de forças e as lutas travadas e atores participantes do processo. Finalmente, argumenta que, pelo conceito de reconversão, é possível apreender as mudanças da sociedade, suas classificações e reclassificações.

É pelas portas da Sociologia Econômica, que o leitor é convidado para entrar no mundo das finanças, e identificar mudanças (reconversões) as quais são, em certa medida, objetivadas somente no nível institucional do mercado, mascarando as transformações no âmbito dos agentes (e das elites). Para a leitura do livro, é preciso usar óculos que coloquem em grande dimensão os elementos sociais, culturais e os atores individuais (e as elites), eufemizados, em grande medida, pelos dados econômicos. Certamente o leitor poderá apreender variáveis (como algumas destacadas nessa breve resenha) que o olhar da economia e das finanças puras, não seria capaz de identificar. Como nos sugere o texto de Bruno Théret (2011) as mudanças institucionais não são necessariamente regidas pela racionalidade econômica, ainda que a racionalidade econômica é, na maioria das vezes, invocada para legitimar a necessidade da mudança.

Apresento, a seguir, um resumo das sete contribuições que compõe esse livro. Indico o livro como bibliografia obrigatória para os análises contemporâneos do capital (financeiro) e do trabalho.

As sete contribuições

Frédéric Lebaron (CURAPP- França)

O autor tem como objetivo apontar as modalidades pelas quais se impõe um modelo financeiro nacional. Adotando um ponto de vista sociológico, coloca ênfase sobre a dimensão simbólica dos processos de dominação e nas características sociais dos agentes que são seus principais vetores. Mostra que o modelo financeiro norte-americano desenvolve, desde os anos 1970, grande influência no resto do mundo, sendo que é nesse momento que alguns de seus traços de fraquezas estruturais acentuaram-se. Para entender as ambigüidades desse sistema hegemônico, específico e frágil, o autor faz referência aos processos de dominação simbólica, os quais são parcialmente independentes das relações de força **materiais (financeiras)** e dos dados ditos **objetivos**, os quais fazem transparecer um processo de **declínio** relativo da finança norte-americana. O autor conclui que enquanto os desequilíbrios macroeconômicos estruturais aparecem desfavoráveis no espaço financeiro dos Estados Unidos, o país possui uma posição simbolicamente dominante no sistema financeiro mundial, a qual acentua-se cada vez mais. Devedores do resto do mundo, os Estados Unidos são, por outro lado, os seus credores simbólicos, conclui o autor.

Jean-Marc Siroen (Université Paris- Dauphine, França)

O autor fornece um panorama econômico sobre o mercado internacional de fundos de pensão, colocando ênfase na última crise financeira, a **crise de subprime**, iniciada em 2008. Argumenta sobre a instabilidade do sistema financeiro em tempos de globalização, e mostra as estratégias nacionais diante da última crise, especialmente no caso dos fundos de pensão. Defende que os fundos de pensão não podem se proteger dos sobressaltos da globalização financeira, mesmo que estes investem maciçamente em títulos das dívidas públicas nacionais. Lembra que os títulos públicos também estão suscetíveis à volatilidade dos mercados

mundiais e mostra as regulamentações de caráter nacionais e a presença do Estado em época de **mais mercado**. Conclui que a globalização não apagou os regulamentos nacionais e acrescenta que as regulamentações nacionais estão atualmente mais heterogêneas, do que nos anos 1960 e 1970. Para o autor, o caso dos fundos de pensão é bastante significativo em estudo sobre regulamentações, dado que o nível e a natureza destas variam segundo os países. A heterogeneidade das regulamentações conduz, por sua vez, a instituições muito diferentes entre os países.

Sabine Montagne (*Université Paris-Dauphine, França*)

A contribuição dessa autora é fundamental para os estudiosos dos fundos de pensão. Abordando os efeitos das regras jurídicas junto aos fundos de pensão e também junto à poupança salarial, sua análise consiste em seguir as transformações da forma jurídica utilizada para gerir a poupança financeira dos assalariados, o *trust*, dispositivo originário do direito anglo-americano, que segundo a autora, coloca o beneficiário sob curadoria em posição de passividade. A autora busca especificar de que forma as regras jurídicas que regem os fundos de pensão permitiram construir ao longo do tempo e ainda hoje sustentam a posição de submissão estrutural dos assalariados. A autora conclui que esse dispositivo permite uma distância dos assalariados em relação à sua propriedade financeira, o que acontece de forma mais evidente e mais problemática nos fundos de pensão do tipo contribuição definida.

Bruno Théret (*Université Paris- Dauphine, França*)

O autor, leitura fundamental no debate internacional sobre sistema de aposentadorias, mostra em seu texto as controvérsias existentes entre capitalização e repartição, apontando partidários e opositores nesse polêmico debate. Aponta que as controvérsias evidenciam, que os economistas, enquanto profissionais especializados nos cálculos econômicos racionais, foram pouco favoráveis ao desenvolvimento do regime de capitalização na França. Tal dispositivo - que buscou legitimidade da sua racionalidade econômica - tem seus defensores na esfera político-administrativa. Esse é o ponto de partida que o autor elege para investigar a questão. Após apresentar de forma clara e detalhada os atores e seus argumentos na controvérsia, Théret (2011) nos apresenta um alternativa lúcida para a dualidade capitalização

ou repartição: para o autor, a deve-se adotar um posicionamento que tome por base o contexto nacional real, no qual está inscrito o debate internacional sobre os fundos de pensão. Adotar uma visão universalista seria cair na armadilha da retórica dos partidários da capitalização universal e jogar em seus terrenos com as suas próprias regras, sem uma prévia discussão dessas regras. As diferenças nas estruturas demográficas e os valores e normas sociais próprios a cada sociedade, implicam que os desafios colocados pela questão dos aposentados sejam diferentes em cada país. Nesse caso, não exista uma solução universal, como as instituições internacionais supõem e defendem. O modelo ideal de aposentadoria é antes de tudo, uma discussão nacional.

Anne-Catherine Wagner (Université Paris I- Panthéon Sorbonne, França)

A autora tem como preocupação a transformação das condições de aquisição do capital militante no processo de internacionalização do sindicalismo no seio da Confederação Européia dos Sindicatos (CES), onde, as competências e os *savoir-faire* específicos se colocam como necessários ao **metier** de sindicalistas, cujas competências e os *savoir-faire* não são considerados consenso nas disposições de uma classe (e de uma geração) de militantes sindicais franceses. Abordando os conflitos intergeracionais entre **sindicalistas militantes** e **jovens diplomados**, mostra a inserção de elites populares (os sindicalistas) no processo de mundialização financeira, pontuando de forma original os limites e as dificuldades dessa elite, fase a elite econômica. No decorrer do texto, a autora pontua com bastante precisão as contradições, limites e vantagens dessas elites (classe superior e classe popular) diante da mundialização financeira. Trata-se de um texto fundamental para aqueles que querem entender os processos de reconversão, especialmente dos dirigentes e das elites sindicais européias.

Roberto Grün (UFSCar-DEP- Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças)

Tendo como ponto de partida a construção do ideário de governança corporativa no Brasil, o autor mostra o papel da linguagem financeira na criação de um espaço para a convergência e o consenso parcial das elites brasileiras, bem como de alguns discursos comuns (responsabilidade social, ética, desenvolvimento sustentável). Analisando a sua

cronologia, mostra que governança corporativa e suas virtudes, não só unem os setores das elites que a importaram dos EUA, como também vários outros setores. Por exemplo, o autor nos conta que os fundos de pensão brasileiros irão falar da governança corporativa como uma necessidade de proteger os pecúlios dos seus numerosos cotistas e os agentes vindos dos sindicatos, irão abraçar a causa da governança corporativa enfatizando a relação acionistas minoritários e povo. Essa convergência contribui para ampliar o seu conteúdo e aumentar a sua legitimidade. Nesse sentido, conjuntos distintos de atores, com interesses historicamente antagônicos, cooperam e disputam entre si para instituir a sua versão de **boa** governança corporativa.

Maria A. Chaves Jardim (FCL- UNESP, Araraquara)

O texto de Maria A. Chaves Jardim (2011) busca entender o interesse de membros do Governo Lula, de centrais sindicais e de ex-sindicalistas presentes em postos-chaves do governo Lula por fundos de pensão. Após apresentar histórico sobre a criação de fundos de pensão no Brasil, a autora sugere algumas análises: é possível que a reconversão dos sindicatos em direção ao mercado financeiro, (re)signifique sobremaneira as relações capital/trabalho, reduzindo os conflitos e propondo diálogo entre as duas esferas. Nessa perspectiva, indica que essa reconversão em direção ao mercado não pode ser entendida simplesmente como uma venda ideológica. Esse mesmo fenômeno pode ser visto como a busca de novas estratégias sindicais, como novas respostas para as novas problemáticas. Isso seria possível devido a um conjunto de transformações junto às disposições cognitivas dos sindicalistas grosso modo, mudanças na forma de pensar, nas crenças, ou mudança de *habitus*. Portanto, se a bibliografia da área de sociologia do trabalho sugere uma certa crise no mundo sindical e em certa medida o **desencantamento**, a autora afirma que apesar dos conflitos e dificuldades aos quais se deparam os sindicalistas envolvidos com os fundos de pensão, essa estratégia é vista pelo atores atuante como certo **reencantamento** sindical, o que não exclui as possíveis ambigüidades próprias da questão.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. **Posface à regulation et crises du capitalisme**. Paris: Odile Jacob, 1998.
- AGLIETTA, M. Associer les salariés à la gestion des entreprises. **Liberaton**, Paris, p.02-03, 10 nov. 2005.
- BOURDIEU, P.; HEILBRON, J.; REYNAUD, B. Les structures sociales de la finance. **Revista Actes de la Recherché en Science Sociales**, Paris, n.146-147, p.3-7, 2003.
- DIAS, A. V; ZILBOVICIUS, M. Trabalho e criação de valor: financeirização da produção e novas formas de organização do trabalho. In: MONDADORE, A. P. et al. **Sociologia econômica e das finanças: um projeto em construção**. São Carlos: Ed. da UFSCAR, 2009. p.119-132.
- GROZELIER, A. M. Les syndicats difficilement em phase avec les transformations du travail. **Revista Mouvements**, Paris, n. 43, p. 15-22, jan./fev. 2006.
- GRÜN, R. A evolução da governança corporativa no Brasil: inovações financeiras, convergência das elites e estabilização do sistema. In: JARDIM, M. A. C. (Org). **A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites**. Bauru: EDUSC, 2011. p.161-197.
- _____. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na arena política. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v.47, n.01, p.5-47, 2004.
- HEILBRON, J. Les cours des actions: Évolution des régimes financiers et pouvoir des actionnaires. In: CONVERT, B. (Coord.). **Repenser le marché**. Lille: L'Harmattan, 2003. p.79-108.
- JARDIM, M. A C. Governo Lula, sindicatos e fundos de pensão: moralização do capitalismo? In: JARDIM, M. A. C. (Org). **A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites**. Bauru: EDUSC, 2011. p.199-226.
- _____. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo: Annablume, 2009.
- LEBARON, F. Mundialização financeira ou imposição do modelo financeiro norte-americano? In: JARDIM, M. A. C. (Org). **A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites**. Bauru: EDUSC, 2011. p.33-45.
- LORDON, F. **Fonds de pension piège à cons? Mirage de la démocratie actionnariale**. Paris: Raison d'agir, 2000.
- MARTIN, M. S. **L'espace de La noblesse**. Leçons de choses. Paris: Edition Métailié, 1993.

MONTAGNE, S. O trustee ou o impensável poder da finança. In: JARDIM, M. A. C. (Org). **A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites.** Bauru: EDUSC, 2011. p.71-95.

_____. **Les fonds de pension: entre protection sociale et spéculation financière.** Paris: Odile Jacob, 2006.

PLIHON, D. **Le nouveau capitalisme.** Paris: Le Découvert, 2003.

ORLÉAN, A. **Le pouvoir de la finance.** Paris: Odile Jacob, 1999.

REMOND, A. Quelle représentation pour les salariés-actionnaires? **Revue de L'IREs**, Paris, n.40, p.107-143, 2003.

ROZÈS, S. La question sindical à l'épreuve du nouveau cours du capitalismo. Dossiê Réinventer le syndicalisme. **Revue Mouvements**, Paris, n. 43, p. 96-107, 2006.

SIROEN, J. M. Uma mundialização financeira em crise. In: JARDIM, M. A. C. (Org.). **A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites.** Bauru: EDUSC, 2011. p.47-69.

THÉRET, B. O debate crítico francês sobre os fundos de pensão na virada do terceiro milênio. In: JARDIM, M. A. C. (Org.). **A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites.** Bauru: EDUSC, 2011. p.97-125.

TISSOT, S. Le reconversion militantes. In: TISSOT, S.; GAUBER, C.; LECHIEN, H. M. L. **Reconversion militantes.** Limonges: Presses Universitaires de Limonges, 2005. p.27-47.

WAGNER, A. C. Dirigentes e sindicalistas na mundialização: reconfiguração das relações sociais e emergência de novos atores. In: JARDIM, M. A. C. (Org.). **A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites.** Bauru: EDUSC, 2011. p.129-160.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BAUMAN, Z. **Globalização, conseqüências da modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, P. O Campo econômico. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 6, p.15-57, 2005.

_____. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COLLOVALD, A. Pour une sociologie des carrières morales des dévouements militants. In: Collovald, A. (Org). **L'humanisme ou le management des dévouement**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2002. p.13-23.

GIDDENS, A. **Modernidade reflexiva**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

GRÜN, R. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.65, p.85-107, 2007a.

_____. Decifra-me ou te devoro! as finanças e a sociedade brasileira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.381-410, 2007b.

_____. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.07-38, 2003.

JARDIM, M. A C. **O mercado das previdências**: elementos sócio-culturais na construção do mercado. Dissertação de mestrado. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2003.

MONTAGNE, S.; PERNOT, J. M.; SAUVIAT, C. Mondialisation financière et gestion du rapport salarial en France. **La lettre de L'IRES**, Paris, n.38, jan. 1999. Disponível em: <<http://remote2.si2s.com/ires/images/files/Revues/psmtmf.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

THÉRET, B. La duperie des fonds de pension. **Le Monde**, Paris, p.97-128, fev. 1999.

TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade**. O sujeito democrático. Bauru: EDUSC, 1998.